

Comercialização de alimentos no Brasil: considerações sobre o papel das redes de supermercados no abastecimento alimentar

Cauê Assis Bráz¹

Ana Monteiro Costa²

Benildes de Souza Ribeiro Neto³

117

Resumo

Este trabalho reflete sobre a instrumentalização das grandes redes de supermercados para o escoamento da produção das grandes empresas do setor agroalimentar. Sua atuação contrasta com o atual momento que a sociedade brasileira atravessa no combate a fome, esta antiga assombração que acompanha 33,1 milhões de brasileiros. O objetivo deste trabalho consiste em relacionar o atual quadro de insegurança alimentar e nutricional com a atuação destes equipamentos de varejo alimentar. Seu desempenho está alinhado tanto com os interesses financeiros que colaboram para as lavouras de monoculturas quanto para a padronização do consumo de alimentos no Brasil de modo que o custo da cesta básica aumenta junto com a depressão da renda dos trabalhadores. Esse cenário expõe as contradições existentes de um país agrário-exportador. Dessa forma, a alternativa para se alimentar de grande parcela da população é o endividamento que fortalece esses grupos financeiros enquanto a maior parte dos agentes envolvidos está diante da forte vulnerabilidade social tanto no meio rural quanto no urbano.

Palavras-chave: Supermercados, Financeirização, Fome.

¹ Economista (UFRGS), doutorando em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). | caue.braz@ufrgs.br

² Economista (PUCRS), doutora em Economia (PPGE/UFRGS) e professora do Departamento de Economia (UFPE). | monteiro.costa@ufpe.br

³ Estudante de graduação em economia (Decon/UFPE). Bolsista PET-Economia. | benildes.souza@ufpe.br



Resumen

Este artículo reflexiona sobre la instrumentalización de las grandes cadenas de supermercados para la distribución de la producción de las grandes empresas del sector agroalimentario. Su actuación contrasta con el momento actual que atraviesa la sociedad brasileña en la lucha contra el hambre, ese viejo embrujo que acompaña a 33,1 millones de brasileños. El objetivo de este trabajo es relacionar el panorama actual de la inseguridad alimentaria y nutricional con el rendimiento de estos puntos de venta de alimentos al por menor. Su actuación se alinea tanto con los intereses financieros que colaboran con las plantaciones de monocultivos como con la estandarización del consumo de alimentos en Brasil, de modo que el costo de la canasta básica de alimentos aumenta junto con la depresión de los ingresos de los trabajadores. Este escenario expone las contradicciones existentes en un país agrario-exportador. Así, la alternativa para alimentar a gran parte de la población es el endeudamiento, lo que fortalece a estos grupos financieros, mientras que la mayoría de los agentes implicados se enfrentan a una fuerte vulnerabilidad social, tanto en las zonas rurales como en las urbanas.

Palabras-clave: Supermercados, financiarización, hambre

Abstract

This work reflects on the instrumentalization of large supermarket chains for the distribution of the production of large companies in the agrifood sector. Their performance contrasts with the current moment that Brazilian society is going through in the fight against hunger, this old haunting that accompanies 33.1 million Brazilians. The objective of this work is to relate the current picture of food and nutritional insecurity with the performance of these retail food outlets. Their performance is aligned with both the financial interests that contribute to monoculture plantations and to the standardization of food consumption in Brazil, so that the cost of the basic food basket increases along with the depression of workers' income. This scenario exposes the existing contradictions of an agrarian-exporting country. Thus, the alternative to feed a large part of the population is debt, which strengthens these financial groups, while most of the agents involved are faced with strong social vulnerability, both in rural and urban areas.

Keywords: Supermarkets, Financialization, Hunger

Introdução

Conferir o gasto mensal em alimentos tem sido uma das grandes dores de cabeça da população brasileira no período atual. Desde a escola aprende-se que uma das principais relações entre o meio urbano e rural está em adquirir o alimento que mantém o corpo vivo e sadio para a realização das tarefas cotidianas. No campo político, tanto movimentos progressistas quanto conservadores atestam essa relação por jargões distintos. Enquanto



os meios de comunicação reverberam ao longo dia o poder do Agro e sua extensão em todos os lugares, inclusive nas geladeiras das pessoas, os movimentos sociais do campo reforçam a mensagem afirmando que “se o campo não roça, a cidade não almoça” ou a variação para o período noturno em que “se o campo não planta, a cidade não janta”. De formas distintas, campos políticos antagônicos buscam legitimação frente a questões que atingem a população brasileira diariamente, afinal não há vida sem alimentação. O debate acerca da alimentação, envolvendo suas etapas de produção, distribuição e consumo, é uma das frentes em que se permite refletir sobre as condições materiais da reprodução social da população brasileira.

O fantasma da fome ainda assola o debate político brasileiro. Em 1946, Josué de Castro já alertava para problemas que estruturavam a fome no país em sua obra *Geografia da Fome* (1984). O despertar da terceira década do século XXI surgiu com uma crise sanitária após a descoberta de um vírus inédito cuja cura era desconhecida e a prevenção também. Esse evento marcou a geração atual. Entre aqueles que sobreviveram à doença infecciosa Covid-19, que atingiu todos os continentes do globo, os mais atingidos encontram-se no Brasil, desde o início da pandemia mais de 680 mil pessoas perderam suas vidas em decorrência das complicações da doença⁴. No contexto alimentar, observaram-se impactos drásticos no acesso e no consumo de alimentos no país. Niederle (2020) indica que a pandemia agravou a situação de insegurança alimentar pelo seus impactos na economia. A renda das famílias reduziu e o custo da cesta básica aumentou. A crise sanitária foi acompanhada de notícias diárias sobre o aumento da fome no país, com pessoas buscando comida em caminhões de lixo, filas para receber ossos em açougues e as cenas alarmantes de famílias famintas.

Campello (2022) sinaliza que a espetacularização da fome segue envolta em argumentos que oscilavam em duas direções. Um caminho apontava para a naturalização do problema, outro responsabilizava a crise sanitária pelo caos econômico que acarretou na perda de renda da população e na interrupção das cadeias de produção e distribuição de alimentos. Uma observação atenta ao fenômeno da fome e à literatura que já foi desenvolvida desde Josué de Castro, em meados da década de 1940, e elaborada sobre o tema conclui que ambos argumentos são insuficientes

⁴ Ver Coronavírus Brasil, Sistema Único de Saúde. <https://covid.saude.gov.br>



para explorar a questão no Brasil. Ao longo da pandemia, os pesquisadores da Rede PENSSAN publicaram duas versões do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Distanciando-se em três semestres, sendo a primeira publicação lançada em dezembro de 2020 e a segunda em junho de 2022, utilizando a metodologia consagrada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), o primeiro inquérito detectou que 19,1 milhões de brasileiros estavam em situação de grave insegurança alimentar e nutricional, ou seja, essas pessoas não possuem acesso à comida e podem passar dias sem comer. No segundo inquérito publicado este dado quase duplicou, alcançando a marca de 33,1 milhões de pessoas passando fome diariamente.

O tempo presente é marcado por uma crise sanitária e alimentar que colaboram para a queda no desempenho de diversos indicadores sociais, é sabido que estas crises estão acompanhadas pelo fraco desempenho econômico verificado pela grande quantidade de pessoas batalhando na informalidade para sobreviver. Este trabalho não se debruçará sobre os indicadores macroeconômicos para refletir sobre a alimentação brasileira, porém não pode se ignorar o fato dos grandes centros urbanos estarem repletos de homens e mulheres ocupados em atividades geridas por aplicativos para o transporte de produtos em que se destaca o serviço de entrega de alimentos a qualquer hora do dia em que se torna presente o autogerenciamento dos trabalhadores subordinados a plataformas digitais (ABILIO, 2019). Esse tipo de situação no mercado de trabalho é resultado da reforma trabalhista em que Braga (2021) pontua a facilitação da precarização do mercado de trabalho, diminuindo os direitos trabalhistas ao estender a possibilidade de terceirização da força de trabalho para qualquer atividade econômica, facilitando a contratação de trabalhadores como autônomos e criando instrumentos que flexibilizam a jornada de trabalho. Gerando algo próximo do desemprego disfarçado que surge após situações de crise ou estagnação econômica, que impulsiona pessoas que perderam seu emprego e não tinham acesso ao seguro-desemprego ou condição financeira de se manter sem trabalhar por um tempo procurando um novo emprego, a procurarem alguma ocupação que gerasse alguma renda. Estas ocupações são inferiores em termos de requisitos de qualificação.

Neste contexto, múltiplas crises pressionam a sociedade brasileira e este artigo propõe a observar um dos setores mais sólidos da economia nacional, responsável pela geração de empregos formais e pelo



abastecimento de grande parte dos domicílios brasileiros. Este setor é o dos supermercados que ao longo dos últimos anos têm sido uma peça central para refletir sobre a alimentação, ainda mais em um país periférico cuja principal atividade econômica está na exportação de *commodities* (REARDON; BERDEGUÉ, 2002; BELIK, 2020, MATTIOLI, 2020), pois é o elo que permite o acesso aos alimentos para a população, principalmente, urbana que não é capaz de gerar seu próprio alimento (BURCH; DIXON; LAWRENCE, 2012). Dessa forma, deseja-se refletir sobre o papel das redes de supermercados no abastecimento alimentar da população brasileira, destacando sua relação com o desenvolvimento rural. Infelizmente, grande parte da população urbana reduz o meio rural como fornecedor de insumos para a produção de alimentos que são fundamentais para a segurança nutricional das pessoas, como aponta Maluf (2007).

Este trabalho partilha do que Santos (2014) analisa acerca do antagonismo urbano-rural, muitas vezes apresentado como um simples modelo de dominação e de exploração. Essa relação obscurece que práticas existentes no mundo rural também ocorrem no contexto urbano. De maneira geral, a exploração realizada por setores complexos em que indústrias pressionam outros fabricantes como subcontratados cuja existência é condicionada pela demanda das grandes firmas. No contexto alimentar, para refletir sobre as relações existentes entre o meio urbano e rural é inevitável olhar para as redes de supermercados, que atuam na distribuição dos alimentos e dialogam, por sua vez, com milhares de produtores rurais, pois demandam alimentos de qualidade para ofertar em suas prateleiras a fim de garantir a comodidade do público consumidor. Entretanto, a relação dos agentes das pontas do sistema alimentar, sendo eles, agricultores e consumidores, com os agentes centrais, que realizam o processamento e distribuição dos alimentos está cada vez mais problemática. Entre os problemas a serem observados está o custo dos alimentos e a alta exploração dos fatores de produção para adquirir um produto alimentar, que resultam na deterioração das relações de trabalho e dos recursos naturais, por exemplo.

Percebe-se que os padrões de consumo alimentar envolvem uma gama de complexidades, desde o poder de compra quanto o estilo de vida das pessoas, agindo como condicionantes para facilitar ou restringir o acesso aos alimentos, bem como a eficiência do mercado em atender ou criar desejos na população (PREISS, 2021). Diante o desmanche do Estado, as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional que estruturaram o melhor



acesso de alimentos para a população brasileira não reverberam como anteriormente⁵. Logo, compreende-se a conjuntura dos resultados alarmantes da Rede PENSSAN que sinalizam a manutenção do drama da fome que não é inédito. Castro (1984) afirmou que a fome é uma questão política e creditava a fome ao histórico do Brasil estar envolvido em sucessivos ciclos de economia destrutiva. Iniciando pelo pau-brasil, o país passou pela exploração da cana-de-açúcar, mineração, do café e o da extração da borracha. Sauer (2019) destaca que em uma nação dependente de *commodities* agrícolas, toda vez que a economia é afetada por uma crise de liquidez internacional, o Estado prioriza os setores primários exportadores para gerar saldo comercial. Fato que aprofunda três preocupantes tendências apontadas por Clapp e Isakson (2018) sobre a financeirização do setor agroalimentar. Primeiramente, o agravamento das desigualdades entre os atores do sistema alimentar, em seguida, as transformações realizadas pela financeirização consolidam a riqueza e o poder entre as elites das grandes corporações que, por fim, acumulam riqueza às custas dos trabalhadores do setor alimentar, produtores e consumidores de alimentos, que se encontram todos os dias em algum supermercado que, segundo Matioli (2020) representa a linha tênue entre o absolutamente chato e o perfeitamente eficiente.

Este artigo, depois da seção introdutória, apresentará um debate de base sobre o significado de a população brasileira conviver com uma crise alimentar em um país rico em recursos naturais e, por isso, ter condições para alcançar o sua soberania alimentar. Apontando as contradições existentes no sistema alimentar de modo a destacar que o Brasil produz alimentos com finalidade a dar retornos financeiros aos investimentos das grandes empresas do setor agroalimentar. Nesse cenário, destacam-se os conglomerados responsáveis pela produção de *commodities* e processadoras de alimentos. A seção seguinte avança para compreender como o aumento da cesta básica não interfere nos ganhos sucessivos do setor que representa metade dos postos de venda de alimentos no país, segundo Borges (2022), as redes de supermercados representam um padrão de desenvolvimento que não apresenta soluções para melhorar o acesso aos

⁵ O encerramento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), em 2019, representou um grande desfalque para os atores sociais que disputam a arena ao contrabalancear interesses das grandes corporações do sistema alimentar brasileiro que capturam o Estado para promover a iniciativa privada.



alimentos e também não constrói relações que fortalece as condições de vida no meio rural. Sua existência é o que motiva a escrita deste trabalho que encerra com as considerações finais, visando dar suporte ao entendimento que os alimentos devem ser tratados como um bem comum por ser a garantia da energia vital para sobreviver.

Crise Alimentar em um país Agrário-exportador

Uma das faces da crise no sistema alimentar é o preço dos alimentos e sua inflação que, para Fanzo (2020), sinaliza as inúmeras questões levantadas pela pandemia de Covid-19 sobre a eficiência e funcionalidade das práticas vigentes pelos agentes hegemônicos representados pelas grandes corporações da indústria de alimentos. Especialmente por interligar alimentação e a agricultura com aspectos econômicos, sociais, políticos, ambientais e sanitários (HAWKES; *et al.*, 2019), comer se tornou algo que merece a nossa atenção. A indústria alimentícia trabalha com insumos de baixo custo e baixo valor nutricional e preços mais acessíveis, vinculando o ato de comer, que compõe parte importante da cultura e da saúde das pessoas, à lógica do capital. Segundo Machado *et al* (2016), o desenvolvimento da indústria alimentícia foi acompanhado pela ascensão das redes de supermercado, formadas por empresas transnacionais e que ofertam os produtos ultraprocessados. Com o endividamento das famílias, intensificado pelas políticas neoliberais de arrocho salarial e processos inflacionários, temos a inserção da financeirização em todo o ciclo do alimento, desde a produção, distribuição até o consumo final.

A partir de Friedmann e McMichael (1989), que situa o sistema alimentar na história, é possível compreender o papel central dos alimentos na economia política global, e contextualizar as principais contradições históricas em regimes alimentares particulares que produzem crise, transformação e transição⁶. Neste sentido, a análise do regime alimentar traz

⁶ Os regimes alimentares, enquanto conceito apreende a existência de uma lógica política e econômica global na dinâmica da agricultura e da alimentação na evolução do capitalismo. Dessa forma, as variadas estratégias, ações, políticas e práticas desenvolvidas por certos atores (grandes empresários, investidores, proprietários fundiários, agricultores) e instituições econômicas e políticas (corporações transnacionais, bancos, burocracias estatais, grupos de interesse, agências multilaterais, movimentos sociais) expressam a configuração do sistema alimentar e seus conflitos internos por controle das relações de produção, troca,



uma perspectiva estruturada para a compreensão do papel da agricultura e dos alimentos na acumulação de capital através do tempo e do espaço ao especificar padrões de circulação destes alimentos na economia global. Aliás, acrescenta-se que as relações existentes no sistema alimentar não se limitam à escala local-global, mas também a relação urbano-rural. Ploeg (2016) pontua que um importante mecanismo operacional dos Impérios Alimentares é que eles cada vez mais deslocam a produção agrária e a realocam em áreas onde o trabalho, a terra, a água e o espaço ambiental são baratos e há o apoio político para a instalação de suas atividades. Como alternativa, buscam mudar a produção para áreas dotadas de condições técnico-institucionais favoráveis à produção corporativa de larga escala.

Para compreendermos a atual crise do sistema alimentar, que integra a crise do sistema capitalista, é importante elucidar as especificidades da crise do capitalismo contemporâneo, iniciando por uma breve análise da dinâmica do sistema. Ao considerar que a mercadoria guarda a contradição entre valor de uso e valor de troca, Marx (1988) identifica que no sistema capitalista não ocorrem simples intercâmbios de produtos, mas que a condição originária fundamental da produção capitalista é que o produto tem que aparecer como mercadoria e tomar a forma dinheiro e fazer toda a trajetória de sua metamorfose. “A posse de outros produtos’ não constitui, na realidade, o objetivo da produção capitalista; esta tem como fim a apropriação de valor, de dinheiro, de riqueza abstrata”. (MARX, 1988, p. 22). Já na simples metamorfose da mercadoria⁷ há possibilidade de crise, mas também sendo o processo de produção e circulação diferentes no tempo e no espaço, essa possibilidade de crise se torna ainda mais latente.

Todas as mercadorias estão subordinadas à necessidade de se realizarem no processo de circulação e quando uma mercadoria tem dificuldade ou impossibilidade para se metaforizar em dinheiro, isso representa uma perda de valor, um antivalor (HARVEY, 2018). No capitalismo, a produção alimentar não visa seu valor de uso e o seu acesso universal. Trata-se de um bem fundamental à manutenção e à qualidade da vida, mas que na sociedade de mercado (POLANYI, 2000) se pauta por seu valor de troca. O valor da mercadoria é dado pelo tempo de trabalho abstrato social necessário para a sua produção. O produtor da mercadoria, o

distribuição e consumo de mercadorias agropecuárias e alimentares em escala global (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989).

⁷ D-M-D', onde M é mercadoria e D é dinheiro (MARX, 1988).



trabalhador, recebe um equivalente menor do que produz. Disso depende a acumulação de capital, que tem seu processo de expropriação amparado na propriedade dos fatores de produção. Neste processo, o dinheiro é a representação do valor, é “uma modalidade substancial e necessária de existência da mercadoria, onde esta é forçosamente revestida enquanto valor de troca, enquanto salário social genérico” (MARX, 1988, p. 20).

Não há, pois, auto-produção para a subsistência. O trabalhador vende sua força de trabalho no mercado e recebe um equivalente geral, que representa um valor menor do que produziu, para comprar sua subsistência, também produzida por outros trabalhadores. A quantidade do excedente econômico que se torna salário depende da relação de forças da disputa capital-trabalho. Em momentos de crise, o poder de barganha do trabalhador tende a diminuir de modo geral, junto com a sua capacidade de consumo. A contradição do capital não está só na produção do mais-valor, mas também na realização deste mais-valor. Quando a realização ocorre em um tempo acima do adequado, permite a criação de estoques. Retém-se parte do valor no processo de circulação e a rotação do capital é reduzida, acarretando na redução da taxa de lucro e conseqüente redução do investimento.

O processo de acumulação permite a ampliação do investimento em tecnologia, o que é feito visando à redução da necessidade do emprego de trabalho. No entanto, no neoliberalismo, com a desregulamentação sobre as relações de trabalho e sobre o setor financeiro, a redução do consumo, pelas famílias e pelo investimento, tende a se ampliar. Neste contexto, a possibilidade de uma crise de superprodução surge tanto pela demanda ser superada pela oferta de mercadorias quanto pela demanda por dinheiro superar a demanda por mercadorias específicas. Sendo assim, para Marx (1988), o excesso de mercadorias não encontra correspondência com a satisfação das necessidades da classe trabalhadora, pois como os trabalhadores recebem um valor menor daquele que produzem, a tendência é que as suas necessidades sejam cada vez maiores diante do que recebem de renda.

Essa produção em excesso corresponde à quantidade de mercadoria que não foi efetivada, ou que o foi abaixo do seu preço de produção. As crises geralmente são precedidas de um aumento geral de preços de todos os artigos que são produzidos no capitalismo. O excesso seria absorvido a um preço abaixo dos de produção e inferiores aos preços comerciais aplicados no período anterior, o que arruína produtores e comerciantes. Para



uma crise ser generalizada basta que os artigos de maior influência sejam afetados. Dirigindo-se ao sistema alimentar, Ploeg (2008) explica como as grandes corporações degradam as relações de produção na agricultura e o consumo de alimentos para promover as atividades puramente financeiras das empresas. Para os agentes hegemônicos do setor, o desempenho financeiro é mais importante do que o produtivo, impactando em rompimento dos elos entre produção e consumo de alimentos, principalmente pelas perturbações ocorridas na forma de organização produtiva.

Castells (1979) afirma que a organização social se dá a partir de uma hierarquia de determinações estruturais no sistema capitalista, que no topo apresenta a relação de exploração entre capitalistas e os trabalhadores, seguida pela relação de concorrência entre os capitalistas e do desenvolvimento das forças produtivas, nesta ordem de subordinação. Essas relações se estabelecem junto com suas contradições. Sendo, fundamental, portanto, para a compreensão das crises no capitalismo produzidas pelo processo de contradições sociais e que tendem a reproduzir as relações de produção, distribuição e gestão. As contradições são percebidas nas crises do sistema. Para Carcanholo (2011), os elementos que formam a resposta do capital a essa crise são: i) o processo de reestruturação produtiva que promoveu a redução dos tempos de rotação do capital, elevando, assim, a taxa anual ou periódica do lucro; (ii) as reformas estruturais nos mercados de trabalho que implicaram no aumento da taxa de mais-valia nos países centrais e periféricos; iii) o aumento da parcela do valor produzido pelo capitalismo periférico para a acumulação nos países centrais, por mecanismos ligados à concorrência dentro e entre setores produtores de mercadorias, ou por remessas de recursos como serviço da dívida externa e transferência de lucros e dividendos decorrentes do investimento estrangeiro direto; iv) a expansão dos mercados a partir do processo de abertura comercial e do processo de liberalização financeira (que são a base do processo); v) a mudança na lógica de acumulação do capital, segundo as determinações do capital fictício.

No processo de valorização $D \dots D'$, o capital financeiro se concentra em múltiplos mercados, procurando a forma líquida que lhe permite plena mobilidade intersetorial e internacional na economia. Por volta dos anos 1960 até os anos 1980 se constituíram as bases da integração de capitais na agricultura brasileira, juntamente com um processo de integração técnica, os complexos agroindustriais. (GONÇALVES, 2005). No caso brasileiro, essas



características do capital financeiro no setor agrícola se estabelecem em um contexto de concentração fundiária e de exclusão de populações que não foram incorporadas ao processo de modernização, destacando-se aqueles que compõem os grupos dos povos e comunidades tradicionais como indígenas e quilombolas. O Estado esteve e permanece à frente no estabelecimento da relação capital financeiro e agricultura, como financiador do Sistema de Crédito Nacional Rural (SNCR) e regulador de um mercado de terra, direcionando integração técnica e de capitais para os complexos agroindustriais com o propósito de gerar divisas com a exportação de produtos agrícolas. Nos estudos agrários, esse processo foi definido como modernização conservadora em que, de acordo com Graziano da Silva (1982), as relações do Brasil com o mundo não foram alteradas, mas a agricultura implementou novos instrumentos do capital financeiro na setor agroalimentar. Assim, através da expansão da produção agropecuária pautada na intensificação da industrialização do campo e do êxodo rural⁸. Assim, a partir da década de 1980 apresenta duas especificidades: a desindustrialização dos centros urbanos e a especialização em produtos primários, em que poucas commodities fazem parte da pauta de exportações brasileiras. Tratando-se de um sistema que carrega relações antigas, ainda não pacificadas da questão agrária e que refletem nas periferias dos centros urbanos, das quais possui uma impulsão sob o sistema de economia política à completa mercantilização e internacionalização dos bens da natureza com instrumentos do mercado financeiro, algo que não estava presente até os anos 1970 (DELGADO, 2020).

A necessidade do crédito, do dinheiro, para além da terra e do trabalho, para a compra de implementos e contratação da mão-de-obra, é algo fundamental para a expansão do investimento e da produção. Os mecanismos de financeirização, como derivativos, bônus corporativos, contratos de hedge são usados para antecipar pagamentos e usufruir de variações cambiais. O mercado de alimentos se torna cada vez mais atrativo para investidores financeiros, dadas as suas características de essencialidade, principalmente em um contexto de crise e de mais reduzidas opções com

⁸ Santos (2005) pontua que o processo de urbanização no Brasil teve um perfil complexo em que, por um lado, há a tendência de onipresença da metrópole, através de múltiplos fluxos de informação que se sobrepõem aos fluxos materiais e atuam como base dos sistemas urbanos. Contudo, por outro lado, ocorreu uma depreciação das metrópoles por apresentarem crescimento econômico inferior aos de regiões agrícolas com sólido desenvolvimento regional.



menos instabilidade. Além disso, o processo produtivo também se alterou de modo a reduzir o tempo de rotação do capital, algo primordial para garantir o controle e coordenação da produção e consumo de alimentos para gerar ganhos privados (HOWARD, 2016). O agronegócio cria uma cadeia de interação com a indústria a jusante e a montante, com ampliação para investimentos produtivos, cada vez necessitando de mais capital, fato que para Clapp e Isakson (2018) decorre de o setor agroalimentar se tornar a principal arena de acumulação das grandes corporações depois da Crise Econômica de 2008. Logo, os agentes do setor financeiro aumentaram seus investimentos em produtos agroalimentares, reduzindo as variedades culturais da produção agrícola e físicas dos alimentos e da biodiversidade em prol ganhos financeiros como descreve Shiva (2003) ao analisar as políticas globais de preservação da biodiversidade em relação com a produção de alimentos em que sistemas locais de produção perdem espaço para o modo único de cultivar e consumir os produtos da agricultura.

A participação do Brasil no comércio internacional representou o endividamento crescente dos agricultores e a superexploração e precarização do trabalho no meio rural acompanhado pela crescente apropriação dos recursos naturais (DELGADO, 2012). O problema de a agricultura responder às demandas de agentes financeiros é que a produção de alimentos é preterida pela produção de commodities. Isso representa que o capital encontrou, de fato, uma fase de intensa acumulação cuja característica consiste em se fixar em qualquer lugar que forneça tecnologia suficiente para destruir o ecossistema local e investir em lavouras com grandes quantidades de agrotóxicos e baixa variedade produtiva erodindo recursos biológicos e sua capacidade de satisfazer diversas necessidades humanas ao mesmo tempo em que se regeneram e se renovam. Para o Brasil, Flexor e Leite (2017) informam que a expansão das lavouras de soja está associada com a do agronegócio que é financiado majoritariamente pelo crédito rural tradicional.

As tentativas de aumentar os fluxos de mercadoria na direção do lucro geram a escassez de produtos alimentares de qualidade nutricional. Dessa forma, muitos gêneros agrícolas servem de insumos para a indústria alimentícia produzir alimentos ultraprocessados⁹ que possuem lugar de

⁹ De acordo com o Guia Alimentar para a população Brasileira (2014), os alimentos ultraprocessados são fabricados, em geral, por indústria de grande porte. Sua produção envolve diversas etapas e técnicas de processamento. Há o uso de



destaque nas prateleiras dos supermercados. Portanto, a extinção dos meios de subsistência das pessoas através da financeirização está intimamente ligada à erosão da biodiversidade e, conseqüentemente, na redução da diversidade das dietas alimentares. A insustentabilidade do modo de produzir e a uniformidade do consumo alimentar significam que a mínima perturbação de qualquer parte cadeia de suprimento alimentar seja percebida na alteração de todas as outras como as intensas variações na disponibilidade de alimentos *in natura* e minimamente processados (SHIVA, 2003; BELIK, 2020).

Ao abstrair totalmente o uso da terra de espaço produtivo, fundamentalmente de alimentos, para terras agrícolas pautadas por valores financeiros que são resumidos pela especulação de commodities e terras, o setor agroalimentar atua para deprimir a qualidade da alimentação da população e faz dos equipamentos de varejo alimentar das redes de supermercados seu principal canal de distribuição que atua como vanguarda na definição de padrão de consumo através de atributos como disponibilidade, variedade, qualidade, preço, promoções, publicidade, localização dos produtos nas prateleiras, organização do espaço físico e informações nutricionais (MATIOLI, 2020; BORGES, *et al*, 2022). O impacto no consumo de alimentos é a alta volatilidade dos preços que respondem ao aumento dos preços da terra, a degradação ambiental, além dos impactos sociais com a expropriação dos fazendeiros e a redistribuição do valor criado pelos trabalhadores do setor agroalimentar para os fundos de investimento das grandes corporações (SHIVA, 2003; CLAPP, ISAKSON, 2018).

O Gráfico 1 ilustra que o custo do cesta básica para 17 capitais das cinco regiões do Brasil¹⁰ mostra o movimento praticamente uniforme do aumento da alimentação para a população brasileira entre os meses de janeiro de 2019 e dezembro de 2021. Fato que deve servir como um alerta para uma nação rica em recursos naturais, mas que compromete sua produção rural para *commodities*, sem garantir políticas públicas para a promoção da segurança alimentar de sua população. A média nacional

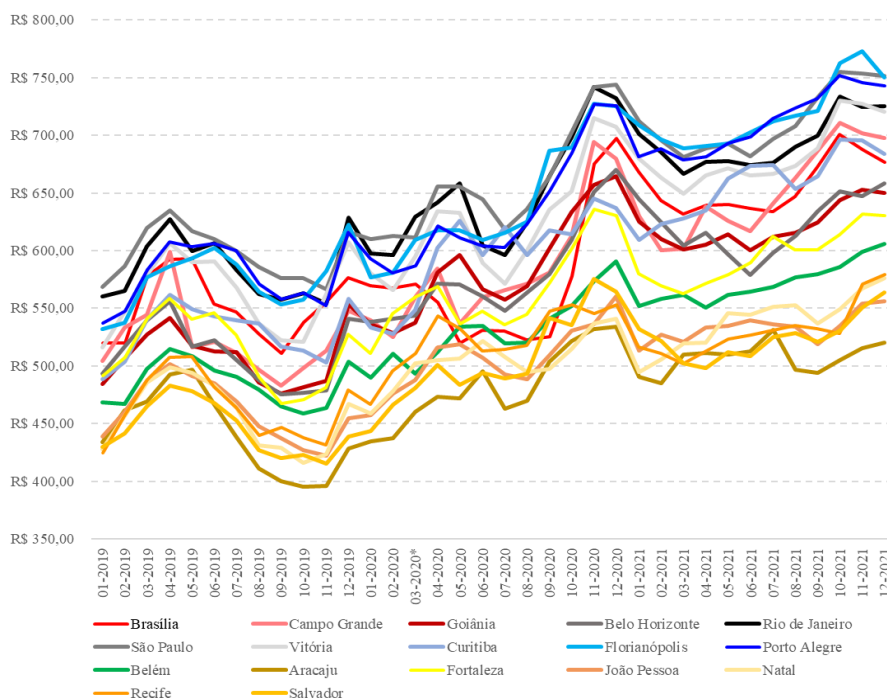
excessivo de ingredientes como sal, açúcar, óleos e gorduras de uso exclusivamente industrial, além de substâncias sintetizadas em laboratório a partir de alimentos e fontes orgânicas como petróleo e carvão. Muitas dessas substâncias atuam como aditivos alimentares cuja função é estender a duração dos alimentos ou, mais frequentemente, dotá-los de cor, sabor, aroma e textura que os tornem atraentes.

¹⁰ A cesta básica do DIEESE conta com os seguintes produtos: carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, tomate, pão, café, banana, açúcar, óleo e manteiga.



saltou de R\$ 489,37 para R\$ 652,31 no final do período analisado. Baccarin e Oliveira (2021) observam que o preço dos alimentos nas prateleiras dos estabelecimentos sofre influência de acontecimentos nas várias etapas das cadeias agroalimentares, em especial da produção agrícola, transformação industrial e comércio varejista. Em termos sociais, a inflação de alimentos atinge mais intensamente a população com menor renda, cujo dispêndio com alimentação é relativamente mais alto que o de outras camadas sociais. As capitais das regiões Norte e Nordeste, apesar de possuírem a custo da cesta básica menor, são as mais impactadas pela insegurança alimentar e nutricional segundo os inquéritos da Rede PENSSAN. Essas capitais apresentam vulnerabilidades que atuam de forma conjunta na potencialização em dificultar o acesso aos alimentos por parte da população com menor renda.

Gráfico 1. Evolução da Cesta Básica em 17 capitais brasileiras entre 2019 e 2021 (IPCA 2021.12)



Fonte: DIEESE (2022). Elaboração Própria.

* Início da pandemia no Brasil



Conjuntamente, a atual inflação dos alimentos, a queda da renda do trabalho, o desemprego e o aumento da taxa de juros têm suscitado a necessidade por crédito como modo de manutenção do consumo de alimento mercadoria, através, inclusive, da adesão aos cartões de crédito das grandes redes de supermercados. Esse processo de financeirização do consumo de alimentos mercadoria é considerado neste trabalho como uma das formas mais avançadas de financeirização da vida. Pesquisando o consumo de pessoas de baixa renda na periferia de São Paulo, Sciré (2011) identificou a “financeirização da pobreza” que consiste na expansão do consumo vinculado ao crédito em que as pessoas utilizam diversos cartões com vencimentos em datas diferentes para administrarem suas dívidas e, através, de compras no crédito conseguem os itens básicos para seu consumo cotidiano. O cartão de crédito é o tipo de dívida mais procurado pelos consumidores, mesmo sendo o dinheiro mais oneroso. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - Peic (2022), três em cada dez famílias atrasaram as contas e dívidas em abril de 2022, tendo por volta de 30,2% da renda comprometida com o pagamento de dívidas e o endividamento segue com tendência ascendente, dada a piora ou estagnação dos fatores que o impulsionam. Conforme Serasa eCred (2022), 34% das pessoas usuárias de cartão de crédito entrevistadas consideram que as compras mais importantes que realizam com o cartão de crédito são as de supermercado e alimentação.

A primazia dos supermercados no abastecimento alimentar

O setor supermercadista brasileiro é resultado de mudanças que coincidem com a maturidade da urbanização brasileira na década de 1980. Reardon e Berdegué (2002) destacam os supermercados tornaram-se instrumentos dominantes no setor agroalimentar da América Latina a partir da década de 1990, levando uma década para alcançar o impacto gerado pelo setor, que nos Estados Unidos durou 50 anos. Engendrou relações de cooperação e disputa com diversos outros atores do setor agroalimentar, incluindo o setor público e privado, e equipamentos de distribuição alimentar como feiras livres, mercados públicos e centrais públicas de abastecimento (MATIOLI, 2020). Esse processo movimenta uma gama de operações socioeconômicas e simbólicas que vêm posicionando o setor como protagonista do sistema alimentar brasileiro, principalmente ao atuar com estabelecimentos em que se atua com autosserviço onde não há um



intermediário entre o consumidor e o produto, permitindo que custos operacionais sejam reduzidos sem a venda assistida e, aliado ao sistema de crédito e a venda de alimentos ultraprocessados seja possível atuar com ganhos de escala (MORAIS; MIRANDA, 2021). As facilidades geradas pelas operações efetuadas nestes estabelecimentos que equivalem à otimização dos recursos, a organização das prateleiras, o conforto da escolha e diversidade produtos, as possibilidades de pagamento e a agilidade são vantagens oferecidas pelos supermercados que são uma das principais categorias de estabelecimentos comerciais do meio urbano, sua existência determinam se bairros garantem o conforto dos moradores, além de facilitar o abastecimento das famílias do entorno. Entretanto, as práticas adotadas pelo setor não dialogam com os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional. Muitos produtos comercializados nesses estabelecimentos estão longe de garantir a boa nutrição dos consumidores. Além disso, parte significativa dos produtos ofertados são ultraprocessados reduzindo a qualidade da alimentação estimulada nesses espaços. Maluf (2007) aponta que não se dá necessária atenção aos hábitos alimentares por meio dos quais essa "reposição energética" é feita, além dos cuidados elementares com a higiene e condições nutricionais que repercutem na saúde dos consumidores.

Sendo o principal local de compra de alimentos, os supermercados exercem enorme poder no setor agroalimentar decorrente do fato de, para Reardon e Berdegué (2002), os supermercados, em conjunto com indústria alimentícia, transformarem profundamente os mercados agroalimentares ao alterar as condições de entrada, principalmente, dos produtores de alimentos ao excluir os pequenos produtores e suas empresas de processamento e distribuição. De acordo com Pereira *et al* (2020), os supermercados são uma inovação modernizante no sistema alimentar, através da qual um ator foi responsável pelo fornecimento de todos os bens que anteriormente teriam sido fornecidos por diferentes atores. Centralizando em um mesmo lugar as mercadorias de padeiros, açougueiros, assim por diante. Santos (2018) ressalta que as modernizações geram subsistemas subordinados que avançam em função dos avanços do setor moderno, gerando espaços derivados nos países subdesenvolvidos com a difusão generalizada da informação e do consumo. Generalização que viabiliza a transformações de diversos setores econômicos, impactando a sociedade e, principalmente, a organização do espaço. Surgidos nos Estados Unidos, as inovações oriundas desses estabelecimentos possibilitaram uma



redução significativa dos custos operacionais e conseqüentemente dos preços de alguns tipos de alimentos, proveniente dos ganhos de escala (MORAIS; MIRANDA, 2021). Burch e Lawrence (2007) alertam que os supermercados inovam em sua atuação no abastecimento alimentar ao desempenhar o papel de instituições financeiras ao alterar os termos de condição para que outros agentes possam atuar nas cadeias alimentares, seja no suprimento quanto no consumo. Principalmente, ao impor condições restritivas para os produtores. Um exemplo é o prazo de pagamento que nas grandes redes de supermercados varia de 40 a 50 dias (BELIK; CUNHA, 2015). Enquanto isso, aos consumidores, estes estabelecimentos oferecem uma série de facilidades ao permitir a compra por meio do cartão crédito, fato que acarreta no endividamento de seus consumidores, apesar da agilidade de, em tese, entrar com as mãos vazias e sair com as sacolas cheias.

Swinburn *et al.* (2019) chamam atenção para como a indústria alimentar tem explorado as vulnerabilidades biológicas, psicológicas, sociais e econômicas dos indivíduos, muitas vezes auxiliando a criar ambientes alimentares altamente influenciáveis. Este processo acaba sendo facilitado pela ausência de medidas governamentais que fiscalizem ou controlem estas práticas, tais como regulamentações para a comercialização de alimentos e bebidas não saudáveis, rótulos de advertência na frente das embalagens, políticas fiscais e leis de proteção ao consumidor. No comércio global, a integração dos elos de um canal de distribuição assume o ritmo de colaboração entre os membros para atender o consumidor final. Esse fenômeno tem como objetivo aumentar a produtividade e reduzir custos ao longo do canal de distribuição. Nesse contexto, a complexidade das relações entre os agentes econômicos faz com que os agentes intermediários que fornecem bens e serviços para as grandes redes de supermercados se adaptem a fim de alcançar o bom funcionamento das relações comerciais sem perder sua posição no canal de distribuição. Dessa forma, observa-se a interdependência dos atores cujas parcerias são firmadas para minimizar custos internos e abrir portas para mais fornecedores dessa cadeia de suprimentos cuja gestão se fundamenta no princípio do ganho conjunto de todos os participantes a partir da demanda criada pelos consumidores finais. Na primeira ponta, a gestão se ocupa dos suprimentos e na outra da distribuição (PIGATTO; ALCANTARA, 2006). Aos consumidores, Lambert (2008) pontua que o gerenciamento da cadeia de suprimentos concentra-se em manter os relacionamentos na rede de organizações, desde os clientes finais até os fornecedores originais, usando processos de negócios



multifuncionais para criar valor para clientes e outras partes interessadas a fim de selecionar os agentes que podem manter esse modelo de negócio e excluir aqueles que não podem nem fornecer tampouco consumir nos espaços que compõem as cadeias de suprimentos das redes de supermercados que no Brasil, conforme a Tabela 1 segue ampliando seu faturamento apesar do fraco desempenho econômico nacional e intensificaram seus lucros em meio à crise sanitária da Covid-19 ao atuarem sem as limitações que outras categorias de venda de alimentos encontraram como as feiras e pequenos comércios de bairro.

Tabela 1. Maiores redes de supermercados no Brasil (2020-22)

Razão Social	Sede	Faturamento Bruto (em bilhões R\$)	Número de lojas	Número de funcionários	Faturamento por funcionário (R\$)
2020					
CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA	SP	62,220	464	87.879	708.019
GPA (GRUPO PÃO DE AÇÚCAR)	SP	61,500	1.076	110.834	554.884
CENCOSUD BRASIL COMERCIAL LTDA	SP	8,596	202	24.896	345.261
IRMÃOS MUFFATO & CIA. LTDA.	PR	7,518	61	13.760	546.370
SDB COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.	SP	7,296	67	9.900	736.992
SUPERMERCADOS BH COMÉRCIO DE ALIMENTOS SA	MG	6,994	203	19.500	358.692
COMPANHIA ZAFFARI COMÉRCIO E INDÚSTRIA	RS	5,490	36	11.378	482.510
DMA DISTRIBUIDORA S.A.	MG	4,175	259	14.700	284.034
SONDA SUPERMERCADOS EXP. IMP. SA	SP	3,697	44	8.882	416.257
MART MINAS DISTRIBUIÇÃO LTDA.	MG	3,522	37	6.098	577.523
Geral (Top10)		171,01	2.449	307.827	
2021					
CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA	SP	74,751	721	95.667	781.367
ASSAÍ ATACADISTA	SP	39,400	184	50.000	788.000
GPA (GRUPO PÃO DE AÇÚCAR)	SP	31,063	873	55.750	557.184
MATEUS SUPERMERCADOS S.A.	MA	14,353	159	36.108	397.497
CENCOSUD BRASIL COMERCIAL LTDA.	SP	9,403	201	23.015	408.560
IRMÃOS MUFFATO & CIA. LTDA	PR	9,039	67	15.352	588.791
SUPERMERCADOS BH S.A.	MG	8,971	226	23.700	378.528
SDB COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.	SP	8,786	72	10.700	821.165
COMPANHIA ZAFFARI COMÉRCIO E INDÚSTRIA	RS	6,110	36	11.471	532.648
DMA DISTRIBUIDORA S.A.	MG	5,837	170	17.319	337.011
Geral (Top10)		207,71	2.709	339.082	
2022					
CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.	SP	81,185	548	100.502	807.795
ASSAÍ ATACADISTA	SP	45,585	212	60.120	758.234
GPA (GRUPO PÃO DE AÇÚCAR)	SP	29,028	809	50.198	578.270
MATEUS SUPERMERCADOS S.A.	MA	17,940	202	38.646	464.210
SUPERMERCADOS BH COMÉRCIO DE ALIMENTOS SA	MG	11,112	243	25.134	442.100
IRMÃOS MUFFATO S.A.	PR	10,589	80	17.945	590.099
SDB COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. (GRUPO PEREIRA)	SP	9,703	75	11.250	862.448
CENCOSUD BRASIL COMERCIAL SA	SP	9,141	202	20.044	456.056
DMA DISTRIBUIDORA S.A.	MG	6,666	181	17.440	382.248
COMPANHIA ZAFFARI COMÉRCIO E INDÚSTRIA	RS	6,320	38	11.899	531.137
Geral (Top10)		227,27	2.590	353.178	

Fonte: ABRAS (2021). Elaboração Própria.



Os dados da Tabela 1 são provenientes da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) e chama a atenção pelo fato de o grupo formado pelas 10 maiores redes de supermercados no país entre os anos de 2020 e 2022 serem quase sempre as mesmas. Juntas, concentram metade do faturamento do setor ao considerar as maiores 500 redes de supermercados no Brasil. Frente aos desafios de aplicativos de entrega a domicilio e outras estratégias similares, a ABRAS reconhece a necessidade de instaurar o que eles denominaram como coopetição¹¹ para controlar os recursos a partir da cooperação e a competição em um ambiente relacional entre as grandes redes de supermercado, gerando oligopólios, o que não exclui a concorrência, mas essa se estabelece sobre outros parâmetros, resultando em uma concorrência interna neste oligopólio que detêm força econômica e política. Para a elaboração do Ranking ABRAS, são consideradas as 500 redes de supermercados com maior faturamento. Em média, nos três anos analisados as 10 maiores redes concentraram metade do faturamento de todos os supermercados somados no país. Algo que permite ver a dimensão destes conglomerados.

Ao observar que tão poucas redes concentram tamanho faturamento, nota-se que existe algum grau de coordenação entre as maiores do setor, ou seja, a competitividade é definida com base na articulação das grandes redes de supermercado. Morais e Miranda (2021) destacam que o modelo de negócio exercido pelas redes de supermercado foi causador de inúmeras rupturas no comércio de alimentos. As inovações de caráter organizacional tem como principal característica o gigantismo das lojas, uma herança da influencia estadunidense, que sofreu resistência nos primeiros anos de atuação por enfraquecer laços tradicionais entre comerciantes e consumidores. O intermediário que assistia as vendas era importante. Para lograr êxito, então, a propaganda aliada com a organização das lojas dessas redes atua como estimuladores do consumo de seus clientes, assumindo a influencia estadunidense que sofreu resistência nos primeiros anos, mas atualmente já foram internalizados como estratégias determinantes para a expansão desse tipo de equipamento de varejo alimentar ao ter na sua estrutura elementos que influenciam as escolhas de seus clientes como optar ofertar produtos ultraprocessados anunciando promoções e posicionando-os em prateleiras de fácil alcance para os clientes (BORGES, *et al.*, 2022).

¹¹ Superhiper – Edição 272. COOPETIÇÃO: é tempo de cooperação entre competidores.



O lado oculto da supremacia conquistada pelo modelo supermercadista, entretanto é composto por um conjunto de efeitos negativos causados nos tecidos sociais onde são implantados, defrontando-se com inúmeros movimentos de contestação social¹². É um ambiente em que, diariamente, direitos humanos são violados. Aos clientes que podem ser constrangidos e, em alguns casos, até agredidos fisicamente pela equipe desses estabelecimentos suspeitar de sua conduta e aos trabalhadores pelo trabalho ser extenuante e desvalorizado, tornando sua atividade quase automática por ter como meta não ter a presença do trabalho humano perceptível. Um dos dados da Tabela 1 que merece destaque junto é o faturamento por funcionário que aumentou na maior parte das redes. Observando esse indicador para a líder do setor percebe-se que de 2020 para 2022, o salto do faturamento por funcionário saltou quase R\$ 100 mil. Fato que não se representou melhorias para os trabalhadores desta rede, assim como das outras. Isso porque o setor se caracteriza por ter alta empregabilidade diante a forte demanda de trabalho ao longo dos doze meses do ano, de acordo com Lemos (2019), além desses fatores é fundamental apontar que as redes de supermercados são conhecidas por empregar trabalhadores com baixa qualificação para atuar em longas jornadas por baixa remuneração, resultando na alta rotatividade dos funcionários. A confluência destes fatores remete a compreender os limites do modelo de negócio dessas redes para o desenvolvimento humano e social, suas práticas remetem ao que foi lido por Lewis (1969) ao analisar países com excedente de mão de obra, economias cuja oferta de trabalho era muito superior aos fatores de produção de capital e terra.

Nesse sentido, necessita-se compreender que o crescimento econômico das nações subdesenvolvidas é a restrição da capacidade produtiva pelo fato de existir um estoque de mão de obra utilizado em atividades de baixa capitalização, impedindo o contingente de trabalhadores de ingressar a setores com maior produtividade (BASTOS; OLIVEIRA, 2021). Correspondendo ao sucesso dessas redes ao se instalarem na América Latina por aproveitar os baixos níveis salariais e de renda da população como relatam Reardon e Berdegué (2002), acentuando a oferta de trabalho em tarefas especializadas que se caracterizam pela ampla área de produção em espaços reduzidos e cada vez mais compactos (SANTOS, 2005). Além de

¹² Ver Revista da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul. Edição Especial: Caso Carrefour (2021).



concentrarem uma gama volumosa de produtos em seus estabelecimentos, as redes de supermercados usufruem o que Santos (2018) percebeu acerca da existência de uma massa de pessoas que sobrevivem com salários muito baixos ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, criando na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneiras permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Logo, a mesma loja que comercializa produtos alimentares é responsável por tornar sobras mercadoria, como a venda de ossos que se popularizou ao longo da pandemia.

Os supermercados até podem ser a principal fonte de abastecimento alimentar do Brasil contemporâneo, mas é um local a ser problematizado. Maluf (2007) aponta que o acesso aos alimentos engloba não apenas comer regularmente, mas também, comer bem. Preservando hábitos culturais e práticas saudáveis que preservem o prazer associado à alimentação. Fato que não está ocorrendo, segundo Belik (2020). Ao traçar um quadro sobre a dieta nacional, observam-se desigualdades consideráveis no padrão de consumo entre as classes sociais, porém uma similaridade geral que se encontra no aumento do consumo de alimentos ultraprocessados. Entre os mais ricos, o aumento foi de 27,3%. Já para os mais pobres, o valor alcançado foi de 62,3%. A preocupação é que a ampliação do consumo de alimentos ultraprocessados foi maior entre os mais vulneráveis. Confirmando que as classes de menor renda são as que mais estão sujeitas a aumentar o consumo de alimentos com maior nível de processamento e reduzir o consumo de alimentos frescos, intensificando os riscos à saúde associados a esse padrão alimentar. Depois da habitação, a alimentação é o maior componente do consumo para o estrato de menor renda.

Matioli (2020) pontua que os supermercados são a vitrine de um paradigma de desenvolvimento que fracasso, apesar de representar o progresso da urbanização. Nesse contexto, a pesquisa tem como problemática questões acerca do protagonismo desse setor em uma das pontas do sistema alimentar. O poder exercido por essas grandes redes restringe as capacidades estatais de atuação no abastecimento alimentar dos centros urbanos do país. Como impacto, delega às redes alimentares alternativas um papel próximo a de um nicho de mercado. Nesse sentido, Jomalinas e Maluf (2022) pontuam que a alimentação é um componente central nas dinâmicas urbanas, embora nem sempre valorizado. Os equipamentos de atacado, varejo e consumo alimentar, responsáveis pela



provisão de alimentos, compõem a paisagem urbana e são elementos das dinâmicas socioespaciais e territoriais. Mais do que isso, o urbanismo e estudos com variadas perspectivas sobre as cidades vão ao ponto de mostrar que os alimentos contribuem na própria moldagem das cidades. Santos (2018) assevera que a seletividade do espaço, causada pelas disparidades presentes no nível econômico e social, ocorre tanto na produção como no consumo, sendo responsáveis pelo processo econômico e pela organização do espaço em circuitos superior e inferior.

Por motivos como esse, Cassol e Schneider (2022) destacam que o estudo dos mercados alimentares é necessário para compreender dinâmicas que fortaleçam alternativas de fuga à forma mais popular e convencional de obtenção de alimentos no meio urbano. Essa busca motivou pesquisas empíricas como a análise das cadeias curtas por Gazolla e Schneider (2017). O ponto comum dessas abordagens reside no destaque atribuído à dimensão local dos mercados, suas contribuições para a circulação de conhecimentos e práticas tradicionais, desenvolvimento de processos sustentáveis e inovadores. Destaca-se também que esses mercados alternativos são espaços de sociabilidade e de interconhecimento, que fortalecem os tecidos sociais e territoriais permitindo acesso a alimentos frescos e saudáveis (CASSOL; NIEDERLE, 2019). Iniciativas cujo propósito transcende a qualidade do consumo de alimentos e visam a manutenção dos produtores rurais que precisam, de acordo com Ploeg (2016), acessar mercados protegidos dos impactos da financeirização que coloca em perigo os níveis de emprego e as rendas das famílias agricultoras enquanto, simultaneamente, deprime padrões de consumo alimentar ao privilegiar produtos baratos e de origem artificial.

Considerações finais

O desafio de refletir sobre os supermercados é um esforço importante, afinal o setor é responsável por maior parte do abastecimento alimentar, atuando na geração de empregos diretos e indiretos e sendo peça central de inúmeros problemas oriundos das relações de trabalho tanto no campo quanto na cidade. As redes de supermercado exploram trabalhadores e fornecedores através de instrumentos financeiros como relatado no trabalho. Elas estão interligadas com o que há de mais avançado em uma economia quanto o que é mais arcaico. Sua existência se encaixa no que Santos (2018) definiu para os atacadistas que, através de crédito acessível,



estes estabelecimentos transportam um grande número de variados produtos. Dessa forma, o mesmo supermercado que está na base da financeirização do sistema agroalimentar, é também a experiência mais viável de muitas pessoas desesperadas para acessar crédito para poder consumir itens básicos. As operações desses estabelecimentos no mundo financeiro são realizadas em caixas que vendem itens de alimentação, roupas, brinquedos e toda a variedade de produtos possíveis localizados nestas redes. Cada conglomerado possui sua própria organização financeira que oferece um cartão de crédito para seus clientes enquanto faturam bilhões sobre fornecedores não pagos e funcionários mal remunerados. As redes de supermercados atuam como prateleiras dos produtos oriundos do agronegócio, sem resolver o drama da fome em um país que possui recursos abundantes para produção de alimentos de qualidade. Fome é uma questão política, como Josué de Castro provou há mais de seis décadas, porém ele segue presente e as redes de supermercados são um importante instrumento para tornar o alimento, um bem comum, em uma mercadoria qualquer ao romper os elos entre produção e consumo sem permitir que alternativas se desenvolvam sem perturbações por meio de padrões de qualidade alimentar e barreiras mercantis.

Referências

- ABÍLIO, L. C. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, v. 18, n. 3, p. 41-51, 2019.
- ABRAS, Associação brasileira de supermercados. Ranking Abras 2020. **Superhiper**. Maio, 2020. Disponível em: <https://www.abras.com.br/edicoes-antiores/Main.php?MagNo=259>. Acesso em: 14 de jul. 2022.
- ABRAS, Associação brasileira de supermercados. Ranking Abras 2021. **Superhiper**. Junho, 2021. Disponível em: <https://www.abras.com.br/edicoes-antiores/Main.php?MagNo=270>. Acesso em: 11 de jul. 2022.
- ABRAS, Associação brasileira de supermercados. Ranking Abras 2022. **Superhiper**. Maio, 2022. Disponível em: <https://www.abras.com.br/edicoes-antiores/Main.php?MagNo=280>. Acesso em: 15 de set. 2022.



- BACCARIN, J. G.; OLIVEIRA, J. A. Inflação de Alimentos no Brasil em Período da Pandemia da Covid 19, Continuidade e Mudanças. **Segur. Aliment. Nutr.**, Campinas, v. 28, p. 1-14. 2021
- BASTOS, C. P.; OLIVEIRA, B. R. Políticas econômicas, teorias e contextos sociais. In: ARAÚJO, V. L. de; MATTOS, A. M. de (org.). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma** – novas interpretações. 1. ed. São Paulo : Hucitec, 2021.
- BELIK W. **Estudo sobre cadeia de alimentos**. Imaflora, Instituto Ibirapitanga, Instituto Clima e Sociedade; 2020. 126 p.
- BELIK, W. CUNHA, A. R. A. Abastecimento no Brasil: desafio de alimentar as cidades e promover o Desenvolvimento Rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 615 p.
- BORGES, C. A.; et al. Caracterização das barreiras e facilitadores para alimentação adequada e saudável no ambiente alimentar do consumidor. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 37, n. 1, p. 1-16, 2022.
- BRAGA, J. O desemprego disfarçado revelado. In: GALHARDO, A; LACERDA, F. **O Mito de Sísifo: mais dois séculos para a independência econômica?**. jan. 2021. 21 p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. 2. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 158 p.
- BURCH, D.; LAWRENCE, G. Supermarkets and Agri-food Supply Chains. In: BURCH, D., LAWRENCE, G. (ed.) **Transformations in the Production and Consumption of Foods**; Edward Elgar: London, UK, p. 100-128. 2007.
- BURCH, D.; DIXON, J.; LAWRENCE, G. Introduction to symposium on the changing role of supermarkets in global supply chains: from seedling to supermarket. **Agriculture And Human Values**, [S.L.], v. 30, n. 2, p. 215-224. 2012.
- CAMPELLO, T. Apresentação. In: CAMPELLO, T. BORTOLETTO, A. P. **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro** São Paulo: Cátedra Josué de Castro. Editora Elefante, 2022. p. 216.
- CARCANHOLO, M. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidade. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**. Edição especial – Dossiê: A crise atual do capitalismo. v. 1. , n. 3, p. 73-84 . dez., 2011.
- CASSOL, A.; NIEDERLE, P. A. **Mercados, sistemas alimentares sustentáveis e desenvolvimento rural**: novas práticas à espera de novas políticas.



- Nota técnica para consultoria de pesquisa sobre Sistemas Agroalimentares e Desenvolvimento Rural. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). 2019.
- CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. A imersão social da economia em mercados alimentares brasileiros: uma abordagem institucionalista. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S.L.], v. 60, n. 2, p. 1-21. jan. 2022.
- CASTELLS, M. **A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979. p. 145.
- CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro : pão ou aço**. Rio de Janeiro : Edições Antares, 1984. p. 318.
- CLAPP, J; ISAKSON, S. R. *Speculative Harvests: financialization, food and agriculture*. Halifax: Fernwood Publishing, 2018. p. 194.
- DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2012. p. 142.
- DELGADO, G. C. Questão agrária e capital financeiro na agricultura brasileira. In: FAVERO, C. A.; FREITAS, C. E. S.; TORRES, P. R. (org.). **Distopias e utopias: entre os escombros do nosso tempo**. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 352.
- DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Cesta Básica**. 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/cesta> Acesso em: 01 de set. 2022.
- FANZO, J. *et al.* A research vision for food systems in the 2020s: Defying the status quo **Global Food Security**, n 26. p. 1-9. 2020.
- FLEXOR, G.; LEITE, S. Mercado de terra, *commodities boom* e *land grabbing* no Brasil. In: MALUF, R. S.; FLEXOR, G. (org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro, E-Papers, p. 20-38. 2017.
- FRIEDMANN, H. ; McMICHAEL, P. Agriculture and State System. The rise and decline of national agriculture from 1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, v.29, n.2, p.93-117, 1989.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2017. p. 518.
- GONÇALVES, J. S. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. **Informações Econômicas**. São Paulo, v. 35, n. 4, p. 7-36. 2005.
- HARVEY, D. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo. Boitempo. 2018. p. 223.



- HAWKES, C.; PARSONS, K.; WELLS, R. **Understanding the food system**: why it matters for food policy. London: Centre for Food Policy, p. 1-9. 2019.
- HOWARD, P. **Concentration and power in the food system**: who controls what we eat? New York: Bloomsbury Academic, 2016.
- JOMALINIS, E.; MALUF, R. S. Redes de supermercado e dinâmicas socioespaciais no município do Rio de Janeiro: desigualdades e varejo de alimentos In: GRISA, C., SABOURIN, E., ELOY, L., MALUF, R. S. **Sistemas alimentares e territórios no Brasil**. Editora da UFRGS. 2022. p. 311.
- LAMBERT, D. M. **Supply chain management**: processes, partnerships, performance. Sarasota: SCM Institute. 2008.
- LE MOS, P. R. Precarização do trabalho nos supermercados da rede Walmart no Brasil. 7º Encontro Internacional de Política Social **Anais...** Vitória, 2019.
- LEWIS, W. A. O desenvolvimento económico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In: Agarwale, A. N.; SINGH, S. (coord.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro : Forense, p. 406-456 1969.
- MACHADO, P. P.. O indigesto sistema do alimento mercadoria. **Saúde Soc**. São Paulo, v. 25, n. 2, p. 505-515. 2016.
- MALUF, R. S. J. **Segurança alimentar e nutricional**. Editora Vozes, 2007. p. 174.
- MARX, K. **As crises econômicas do capitalismo**. Editora Acadêmica. São Paulo. 1988. 71p..
- MATIOLI, V. **Donos do mercado**: como os grandes supermercados exploram trabalhadores, fornecedores e a sociedade. São Paulo: Elefante, 2020. p. 312.
- MORAIS, J. R. G. de; MIRANDA, R. de S. A gênese supermercadista : das resistências às inovações do autosserviço (agro)alimentar. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, [S. l.], v. 41, n. 1, p. 134-158, 2021.
- PEIC, **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor** – CNC – Sesc Senac. maio de 2022. Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-abril-de-2022/423798> . Acesso: 15.jun. 2022.
- PIGATTO, G.; ALCÂNTARA, R. L. C. Relacionamento colaborativo nos canais de distribuição. In: ZUIN, L. F. S.; QUEIROZ, T.R. (coord.) **Agronegócios**: gestão e inovação. São Paulo: Saraiva, 2006.



- PLOEG, J. D. v. d. **Camponeses e arte da agricultura**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2016. p. 196.
- PLOEG, J. D. v. d. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2008. p. 372.
- POLANYI, K. **A grande transformação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- PREISS, P. V.; *et al.* **Relatório de Resultados Preliminares da Pesquisa “O impacto da COVID-19 na comercialização direta da agricultura familiar no RS”**: Regiões Metropolitana do Delta do Jacuí e Vale do Rio Pardo. Santa Cruz do Sul: OBSERVA-DR, 2020.
- REARDON, T.; BERDEGUÉ, J. A. The Rapid Rise of Supermarkets in Latin America: Challenges and Opportunities for Development. **Development Policy Review**, v. 20, n.4: p. 371-388, set. 2002
- Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – Rede PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede PENSSAN, 2022. p. 112.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo, EDUSP, 5. ed. 2005. 120 p.
- SANTOS, M. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 204 p.
- SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2018. 420 p.
- SAUER, S. **Desenvolvimento e transformações agrárias**. Outras Expressões, São Paulo. 2019. p. 335.
- SHIVA, V. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003. 204 p.
- SWINBURN B *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, n. 10173, 2019.

Recebido em 10 out. 2022 | aceite em 06 dez. 2022

